Revista IDeAS

Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Entrevista com Alexandre Anderson

"Hoje a baía de Guanabara vive um *apartheid*. Somos criminalizados, nos tiram o direito de ir e vir"

Alexandre Anderson

Os conflitos entre grandes empreendimentos e populações locais e tradicionais deflagrados pela apropriação de territórios e recursos naturais de bem comum pelo grande capital estão na ordem do dia e compõem, com posição de centralidade, o quadro atual das discussões travadas na academia e nos movimentos sociais sobre os impactos e conseqüências da política de desenvolvimento hegemônica em curso no Brasil.

O estado do Rio de Janeiro, protagonista nos planos de investimento público e privado norteados pela lógica contemporânea de acumulação capitalista, evidencia de maneira cada vez mais acentuada as antinomias emergentes do projeto político e econômico de "cidade-empresa" que caracteriza suas últimas administrações. De um lado, a recepção a eventos de grande porte tem, em níveis nunca antes vistos, reorganizado a forma de ocupação dos espaços urbanos através de práticas não democráticas que ferem os preceitos do direito à cidade e prejudicam parte significativa

da população; de outro, os projetos de desenvolvimento pautados pela reprimarização da economia e exportação de *commodities* têm alocado por todo o mapa do estado megaempreendimentos de grande impacto socioambiental relacionados aos setores portuário, siderúrgico e petrolífero. A agudização das contradições oriundas deste cenário, por sua vez, tem feito eclodir diversos conflitos e resistências que questionam e problematizam o discurso do progresso engendrado por governos e corporações para justificar suas práticas.

O conflito entre pescadores artesanais da Baía de Guanabara e empreendimentos vinculados à Petrobras faz parte desta conjuntura. Os impactos decorrentes da instalação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) - maior investimento da história da empresa e maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal no estado – somam-se àqueles causados por outros 14.000 empreendimentos industriais que atingem todo o ecossistema da região e afetam diretamente as populações que dele retiram suas condições de subsistência. Em contraposição à crescente emergência de denúncias relacionadas aos diversos tipos de violação de direitos e aos danos ambientais provocados pela alocação de tais indústrias, as forças e interesses que compõem o quadro da política econômica nacional parecem refletir na orquestração dos esforços institucionais das esferas executiva, legislativa e judiciária no sentido de beneficiamento dos empreendimentos em detrimento de quaisquer outras racionalidades territoriais que possam estar em jogo.

A Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara vem, ao longo de quase 10 anos de atuação, denunciando todo este processo. A partir de ações como barqueatas, inviabilização de obras através de ocupações e acionamento de instituições do poder público, se consolida como um ator relevante na luta por justiça ambiental em defesa dos interesses dos pescadores artesanais e do meio ambiente da baía de Guanabara.

Alexandre Anderson de Souza é pescador artesanal profissional, fundador e diretor da AHOMAR, presidente do Sindicato dos Pescadores Profissionais e Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro (Sindpesca/RJ), membro da Executiva Estadual do Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras (MPP) e articulador da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Pesqueiras. O tensionamento do conflito relacionado às denúncias apresentadas pela Associação sobre o impacto social e ambiental da instalação de empreendimentos vinculados ao COMPERJ fez com que Alexandre e sua família fossem incluídos, em 2009, no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos do Governo Federal.

Nesta entrevista, bastante ilustrativa da temática trazida à discussão por esta edição especial da Revista IDeAS, Alexandre nos fala sobre a militância da AHOMAR em torno das disputas que se estabelecem entre as distintas formas de usos e apropriações do território pesqueiro, seus espaços comunais e seus recursos naturais. Lança luz, assim, sobre uma categoria tradicional historicamente invibilizada que vem sendo sistematicamente expulsa de seus territórios em nome do suposto progresso proporcionado pela expansão das fronteiras do capital.

Concedida a Revista IDeAS em 10 de janeiro de 2013.

Revista IDeAS: Alexandre, conte um pouco sobre você e sobre sua trajetória. Como você começou a se engajar na luta dos pescadores artesanais da baía de Guanabara?

Alexandre: Meu nome é Alexandre Anderson de Souza, tenho 42 anos, dois filhos, dois enteados e um neto maravilhoso. Sou casado há 11 anos com a Dayse Menezes de Souza, que também atua na Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara (AHOMAR) e que, inclusive, criou há

pouco tempo um grupo chamado Grupo de Mulheres Pescadoras da AHOMAR. Sou o mais velho de uma família de seis filhos. Meu pai, já falecido, era engenheiro civil e trabalhava no Ministério dos Transportes. Minha mãe é do lar. Minha formação é de segundo grau completo. Trabalhei em uma multinacional que encerrou os trabalhos aqui no Brasil. Por conta disso, fiquei desempregado e fui morar com os meus pais em Magé (Rio de Janeiro), onde conheci meu cunhado, o homem casado com a minha irmã. Esse cunhado me ensinou o que era a pesca. Eu pedi para ele me explicar, fomos pescar algumas vezes juntos e eu me apaixonei pela atividade. Em 1998 eu comprei meu barquinho, comprei minha rede e comecei a pescar. Nesse período eu conheci pessoas maravilhosas e passei a entender o que significa a pesca artesanal. Homens e mulheres com mãos calejadas, semblantes cansados e muitas rugas causadas pelo sol e pelo trabalho, mas satisfeitas com a vida da pesca, porque graças à pesca artesanal na baía de Guanabara criaram seus filhos, seus netos e tentam criar seus bisnetos. É uma tradição que vai de pai para filho. Um povo formado por pessoas que saem dos seus rios e de suas praias a remo ou em barquinhos com motores cansados, mas que vão longe. Vão e fazem a pesca em toda a baía de Guanabara, onde quer que esteja o pescado, o camarão, o siri.

De lá pra cá, eu fui verificando que tinham muitas coisas ruins acontecendo com os pescadores artesanais. Até o ano 2000 a pesca ainda era boa. Sabíamos que tinha a possibilidade de que houvesse estiagem de peixe em alguns períodos do ano, mas eram apenas períodos. Em 2000 nós nos vimos assolados pelo grande vazamento de óleo. E eu vou te dar um dado que pouca gente divulga: quem verificou primeiramente, na madrugada do dia 18 de janeiro de 2000, o vazamento do duto da PE-II na baía de Guanabara foi um pescador da Ilha do Governador, que comunicou ao Corpo de Bombeiros, que fez o comunicado à Petrobras sobre a grande mancha no mar. Então o pescador é, além de medidor biológico da qualidade da vida na baía de

Guanabara, o verdadeiro guardião do ecossistema da baía de Guanabara. Em 18 de janeiro de 2000, meu barco, que tinha o nome da minha irmã Amanda, amanheceu todo sujo de preto amarrado na praia de Mauá. Uma grande onda, uma maré negra de óleo. Eu assisti a tudo e participei, junto com outros voluntários, da limpeza. Mas eu não entendia o porquê desse óleo, que vazou de um duto da Petrobras, não ser recolhido. Ele estava sendo camuflado. Jogaram muita química, muitos dispersantes, e o óleo foi todo para o fundo da baía de Guanabara. Mesmo sendo leigo nas áreas de química e biologia, entendi que aquilo estava errado e que, se não retirassem o óleo do meio ambiente, os peixes iam morrer ou fugir. E foi o que aconteceu. Recebemos uma espécie de ressarcimento de 45 dias pela paralisação da pesca e, em seguida, o IBAMA e a Petrobras disseram que o mar estava bom para pescar de novo. Em 2001 ainda vimos algum peixe, mas em 2002 começamos a sentir o impacto de fato, e nesse mesmo ano começamos a verificar outras obras da Petrobras na baía de Guanabara. Então, nós, os pescadores, não entendíamos: "Se você tem um duto que vazou e você não conseguiu limpar o que está sujo, por que vai criar mais possibilidade de poluição? Você me coloca outro duto de óleo?" Foi o que aconteceu. Em vez de mitigar, de indenizar e de limpar, a Petrobras criou outro poder poluidor, outro duto. E, desde então, as obras começaram a ser intensificadas.

Revista IDeAS: Como surgiu a ideia de formar a Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara?

Alexandre: No início de 2003, logo após um acidente que teve com uma rede de pesca na região de praia de Olaria, em Mauá, eu fui chamado em casa pelos pescadores para tentar ajudar a resolver o problema. Descobrimos que a embarcação que havia danificado a rede era da Petrobras, e que estava

fazendo uma batimetria, uma sondagem, uma espécie de estudo do relevo marinho. Esse grande barco se chamava Maísa II. Eu fiz uma interlocução com as pessoas da embarcação e encontrei um engenheiro de uma multinacional que presta serviço para a Petrobras, chamada Fugro, que me disse uma coisa que hoje nós estamos sentindo na pele: "A baía de Guanabara acabou para vocês. Nós estamos fazendo um estudo para um grande empreendimento que está por vir." O detalhe é que naquela época ainda não se falava em COMPERJ, mas já eram as primeiras obras vinculadas ao Complexo. Naquela época, em 2003, já se iniciava isso.

Então eu, juntamente com dez lideranças – algumas que já não estão mais entre nós, três foram assassinadas e uma se suicidou – criamos um grupo. Pegamos uma liderança de cada ponto da baía de Guanabara. Lideranças de fato, não presidentes, não diretores de alguma colônia ou associação, mas pessoas que tinham respeito dentro das comunidades pesqueiras. E eu fui escolhido para coordenar essas lideranças todas. Isso foi bem no momento em que nós estávamos pedindo uma explicação da APA de Guapimirim e do Instituto Chico Mendes sobre tudo o que estava acontecendo, e eles nos falavam: "Vocês têm que ter um nome, vocês não podem ser apenas um grupo." E então nós fizemos uma reunião e um companheiro nosso chamado Candinho nos deu uma ideia. "Nós não somos pescadores não! Pescador qualquer um é, qualquer um que bota um chapéu e um caniço é pescador. Nós somos homens do mar!" E saiu a ideia de criarmos o Grupo Homens do Mar da Baía de Guanabara. Então foi em 2003 que criamos o grupo e nos orgulhamos muito do nosso nome, que é muito forte e nasceu com força.

A partir de então começamos a buscar respostas e nos esbarramos muito em questões formais. Então, numa reunião realizada no dia 13 de janeiro de 2007, com 482 pescadores e pescadoras, fundamos a Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara, uma associação com o mesmo nome do grupo. Eu

fui escolhido para presidir essa associação, que foi criada com a beira da praia lotada. Criamos uma das associações com representatividade mais forte na baía de Guanabara e que hoje é reconhecida em todo o estado, em todo o país. Criamos porque houve necessidade.

Revista IDeAS: Você pode nos falar um pouco mais sobre o conflito com a Petrobras e sobre a atuação da AHOMAR neste conflito?

Alexandre: Ainda em 2007 descobrimos que estava sendo criado um píer na baía de Guanabara, próximo à ilha do Boqueirão e bem em frente à praia de Mauá. Na época a obra estava sendo executada pela empresa OAS e era um píer da Suzano Petroquímica, mas anos depois esse píer passou a ser da Petrobras, de um conglomerado da Petrobras chamado Quarto Petroquímica. Resumo: estava sendo feito um píer, que chamamos de "píer da Suzano", e esse píer não tinha nenhuma audiência pública feita, talvez não tivesse nem processo de licenciamento. Não tinha nenhuma consulta e estava impactando muito a região, pois tomava conta das principais áreas de pesca da Ilha, de Magé e de Caxias.

Fizemos a primeira "barqueata" dos Homens do Mar e encontramos um aparato militar muito forte – lanchas da polícia militar, da polícia federal, da Marinha. Então, decidimos ir para Paquetá e bloqueamos o canal de acesso das barcas, e foi aí que verificamos o primeiro braço violento de todo esse processo dos empreendimentos. Instituições que deveriam proteger a população estavam usando a violência para desmobilizar. E foi daí também que a Petrobras conheceu os Homens do Mar e verificou que existia uma resistência se formando.

Nossa resistência não tinha o objetivo de se opor ao desenvolvimento do país, mas queria saber em qual posição nós, os pescadores, ficaríamos. Queríamos saber se ficaríamos apenas com o ônus desse crescimento, como historicamente ficam os indígenas, os quilombolas e os pescadores de outras partes do país. Queríamos saber se só ficaríamos com a poluição, com a destruição, com a extinção dos nossos recursos naturais. Então nessa barqueata nós nos posicionamos e dissemos: "Não vai ser assim! Vamos defender nosso território!"

Mas nós não atuávamos só em protestos. Atuávamos também dentro das autarquias, pedindo explicações à antiga FEEMA, que hoje é INEA, explicações à Marinha. E dessa forma fomos verificando que o que ocorre hoje já vem ocorrendo há tempos. Que muitas das obras vinculadas aos grandes empreendimentos não foram licenciadas corretamente, ou nem ao menos foram licenciadas. São todas irregulares, como o próprio Ministério Público Federal constatou, e não preveem compensação para as comunidades impactadas. Nós, pescadores artesanais, somos diretamente impactados porque toda a nossa economia é voltada para o espaço físico da baía de Guanabara ou para os recursos naturais que estão ali bem próximos às praias.

Essas constatações foram nos levando a atuar de uma maneira que nós, sozinhos, não conseguiríamos. Começamos a procurar braços para nos ajudar, pessoas que estivessem dispostas a colaborar na luta. Procuramos voluntários, biólogos, advogados. Conhecemos um grupo de advogados que atuam com a gente até hoje de maneira voluntária. São advogados da área ambiental, mas que chegaram a atuar em certos momentos na área criminal, em processos de criminalização dos pescadores. São os que nós chamamos de "verdadeiros ambientalistas".

Revista IDeAS: Como é a atuação das colônias de pesca nas regiões impactadas? Como é a relação da AHOMAR com essas colônias?

Alexandre: A criação da AHOMAR e todas as nossas demandas se relacionam com a inoperância das colônias de pescadores, que é histórica. Tem lugares no Nordeste em que as colônias estão fechadas ou são braços políticos locais que existem apenas para validar processos que causam danos à pesca artesanal. Aqui no Rio, as colônias sentam para negociar projetos polêmicos com a Petrobras e com os governos. Isso é histórico. As colônias vêm do Brasil colonial. Eram braços das capitanias hereditárias e foram se tornando braços dos governos estaduais, municipais e federais. Elas são cooptáveis, porque é mais fácil negociar com a colônia um projeto polêmico do que com uma associação ou com um sindicato. As colônias foram procuradas pela Petrobras quando ela percebeu que não havia um diálogo cooptável com as associações. Prova-se isso com as condições adversas que as associações vêm mantendo frente à luta ambiental. As associações estão sem manutenção e possuem poucos recursos, enquanto as colônias estão todas reformadas e com projetos da Petrobras em andamento. Então você verifica quem tem um envolvimento direto com o poluidor, que é quem está estruturando financeiramente as colônias. Na baía de Guanabara são quatro colônias e todas elas tiveram suas sedes e instalações reformadas pela Petrobras ou empresas vinculadas à Petrobras.

Existe um ranço das colônias dentro das comunidades. As colônias não são representativas, porém, por questões históricas, são reconhecidas. Aqui no Rio, por exemplo, são 26 colônias e apenas 14 funcionam. Se você for perguntar para um pescador na baía de Guanabara ou na baía de Sepetiba se ele reconhece sua colônia local, raramente vai escutar uma resposta positiva. Ele pode dizer que vai lá porque precisa de um documento, mas só isso.

Então há um processo de acabar com as colônias no Brasil, um processo natural pela falta de representatividade e pelo histórico negativo perante a categoria. Eu posso dizer que pesca artesanal tem sofrido grandes baques pela ausência de manifestação das colônias contra todo esse processo de criminalização ou de expulsão do pescador de seu território. Por isso a categoria não reconhece a colônia. Tudo isso foi levando a uma necessidade de formar a AHOMAR. Porém, gosto de dizer, nós não militamos contra as colônias, até porque sabemos que elas são entidades fadadas à extinção. Nós, ao contrário das colônias, trabalhamos realmente na base.

Revista IDeAS: De que maneira os grandes empreendimentos petroquímicos impactam o ecossistema da baía de Guanabara e, especificamente, as atividades de pesca artesanal?

Alexandre: Nós fizemos um mapa participativo em 2010 com uma geógrafa da UFRJ, como parte de seu estudo de doutorado. Fizemos um acordo de cooperação técnica de modo que esse mapa pudesse ser utilizado por nós da nossa forma, para nossas atividades. O processo de elaboração desse mapa foi todo acompanhado por pescadores e membros da AHOMAR, então visitamos todos os pontos de pesca da baía de Guanabara – inclusive alguns em que as colônias não podem entrar. Na baía de Guanabara não tem lugar em que a AHOMAR não seja bem-vinda entre os pescadores, e isso favoreceu muito o estudo da geógrafa. Foi um estudo bem básico, mas que serviu para seu trabalho acadêmico e também para a luta, pois deu um primeiro passo para a compreensão de uma realidade de fato alarmante. Esse mapa colorido feito pelos pescadores conseguiu identificar que tivemos uma perda superior a 80% da captura do pescado do final dos anos 1990 até 2010, e confirmou que essa perda foi significativamente associada ao vazamento de óleo em 2000. Esse

estudo revelou também que, hoje, 46% do espelho d'água da baía de Guanabara é ocupado por atividades *offshore*, transporte de gás e petróleo. Isso sem falar nas áreas de exclusão da Marinha e das hidrovias.

Claro que quando aumentam as atividades petrolíferas no espelho d'água aumentam também as áreas de "praticagem" (áreas para estacionamento de navios e rebocadores). Você olha para o lado esquerdo e para o lado direito e vê uma área enorme totalmente ocupada por rebocadores, e nessa área é proibido pescar. Podemos até dizer que existe patrulhamento clandestino com lanchas e embarcações com pessoas clandestinamente armadas que expulsam o pescador de sua região, afugentam mediante ameaças. É cada vez mais normal, porque a baía de Guanabara tende a ser palco de vários protestos. Isso está sendo investigado por alguns setores da segurança do estado, e espero que realmente seja.

Você tem que ver que em 2000 existiam 26 mil famílias que viviam da pesca, de acordo com os estudos da Petrobras e de entidades de pesca. Acredito que hoje apenas tentem sobreviver da pesca cerca de 9 mil famílias. Entre os pescadores consideramos também os catadores, que, embora não entrem na contabilidade do espelho d'água, dependem da boa qualidade da água e dos manguezais, que também estão sendo tomados por empreendimentos. Os dutos entram na água e saem pelo mangue, ou você acha que eles entram pela água e saem pelos prédios do Jardim Guanabara, de Copacabana e de Niterói, que são de classe média alta? Ele tem que entrar pelo manguezal, por uma vila de pescadores.

Então, quer dizer, nós temos com essas obras todas também a perda da vegetação aquática. E nós estamos falamos apenas do que está visível. Mas e o que está no fundo do mar? Estudando o EIA-RIMA do GNL, conseguimos provar que os dutos causam um impacto direto na pesca e na flora marinha, além de causar impactos indiretos também na questão de marés, que perdem

direção. Onde está um duto não se pesca por conta da barreira física, e se for um duto de gás ele causa mortandade de peixes, porque o óleo transportado possui temperatura acima de 90º. Os peixes migratórios não passam mais por ali, pois encontram uma barreira física, sonora, e de temperatura. As espécies que não são migratórias, espécies locais, se afugentam e não desovam mais lá. Os biólogos sabem que onde os peixes não desovam, eles não retornam. Só existe a questão de migração ou de permanência de uma cultura de pescado se a água tem qualidade para a eclosão dos ovos. Então, não tendo desova, não tem cultura de pescado. Então, nós sentimos na pele a falta dos peixes, camarões e crustáceos.

Por exemplo, o terminal GNL bombeia gás natural liquefeito numa temperatura criogênica em dois dutos enormes que gelam toda a água. Há pescadores que já mergulharam para retirar uma rede e subiram rápido porque pensaram que era o demônio que estava lá embaixo, no seu modo de dizer. Eles escutaram uma trepidação tão forte, um zumbido tão forte no fundo do mar, que não aguentaram ficar lá embaixo. Imagina o peixe! Vou dar um exemplo. Tem uma modalidade de pesca antiga, herdada de técnicas indígenas dos tamoios, tupiniquins e tupinambás que povoavam a baía de Guanabara, que consiste em lançar uma rede e fazer um som na água com um pedaço de pau ou com um chocalho para que o peixe se desloque numa velocidade incrível. O peixe é supersensível ao som. Imagine sons estridentes no fundo d'água! Então não tem um peixe que se aproxime desses dutos e das obras. Hoje a exclusão de pesca é o principal fato da perda da quantidade de pescado na baía de Guanabara. E detalhe: esse dano é permanente. Quanto vai durar um duto daquele? Uns 30, 40, 50, 60 anos, e isso se não forem ampliados! Não vai ter como a baía de Guanabara se recuperar.

Então nós chegamos à conclusão de que deveríamos promover ações mais incisivas e que, para isso, precisávamos nos capacitar, buscar ajuda, buscar meios técnicos para agirmos em defesa da vida da baía de Guanabara.

Revista IDeAS: Nos fale um pouco sobre o histórico da pesca na baía de Guanabara. Qual é a relação do pescador artesanal com a defesa do meio ambiente?

Alexandre: Quando eu falo em defesa da vida, falo da fauna, da flora e daquele que sempre viveu em harmonia com isso: o pescador artesanal, o caiçara. Nós somos netos e filhos de caiçaras. O caiçara é aquele homem que aprendeu as técnicas de pesca com os indígenas. Os índios pescavam na baía de Guanabara, povoavam a ilha de Paquetá, que, inclusive, significa "terra abundante de pacas" na língua dos tamoios. Em Magé já teve aldeia indígena. Em Magé, inclusive, existem quilombolas que vivem da pesca. Tem o quilombo de Maria Conga, o quilombo do Feital, da família Couto. Quilombos que historicamente vivem da pesca e hoje atuam na AHOMAR. Eles contam que os avós e bisavós sempre viveram da pesca. Tem sambaquis que provam que há milhares e centenas de anos as pessoas que viviam na baía de Guanabara pescavam.

Na baía de Guanabara existia abundância de pescado! Existiam três pontos para descarregar carne de baleias que eram pescadas dentro da baía de Guanabara, imagina! Tem fábricas de óleo de baleia em ruínas em Magé. Existia o rio Estrela, que hoje está assoreado ao lado de um lixão, por onde entravam navios. Existia um antigo paiol onde era descarregada a pólvora e a munição da Marinha Imperial brasileira. Na praia de Mauá, em Magé, onde se localiza a sede da AHOMAR, está a primeira ferrovia do Brasil, a ferrovia

de Guipacobaíba! Era a ferrovia que levava o imperador para Petrópolis. Quando você fala do porto do Rio, ali tinha comunidade de pescadores que ajudou a construir. Tem que ver que durante a I Guerra Mundial e a II Guerra Mundial os pescadores eram considerados pela Marinha, pelo governo, como reservistas obrigatórios. Numa possível guerra nós éramos convocados para o combate em território brasileiro. Nenhuma outra categoria era reservista compulsório, como os pescadores foram. Então, toda essa questão do pescador se envolve com uma questão histórica, que nós queremos guardar. Nós estamos protegendo também uma questão histórica do Brasil. Tudo isso está se acabando por causa das obras. A ferrovia da qual falei está sendo ocupada por um empreendimento da Petrobras, que não respeita nem mesmo uma questão histórica!

Então a luta da AHOMAR é bem mais ampla do que se imagina. Graças a Deus, a nossa simplicidade e a seriedade e veracidade de nossas informações, o Brasil está vendo a necessidade de a AHOMAR lutar, dos homens e mulheres do mar resistirem. Na verdade, e essa é a fala de muitos pescadores e simpatizantes da causa, se a AHOMAR acabar vai ser um tiro certeiro no coração da pesca artesanal na baía de Guanabara, vai ser o tal tiro de misericórdia. As outras entidades, irmãs da AHOMAR, da baía de Guanabara não vão ter estrutura para se manter diante dessa expulsão dos pescadores. Não tem como, se a AHOMAR acabar. Vai ser difícil.

Revista IDeAS: A AHOMAR, ao longo de cinco anos de atuação e em parceria com organizações e voluntários, produziu uma série de materiais sobre os impactos dos grandes empreendimentos na baía de Guanabara. São estudos que apontam para uma série de irregularidades dos processos de licenciamento das obras e que questionam a viabilidade socioambiental da alocação dos empreendimentos nos territórios escolhidos. Fale um pouco sobre

a relação dos pescadores com a Petrobras e sobre o posicionamento dos órgãos públicos ambientais.

Alexandre: Primeiramente nós tentamos o diálogo com a Petrobras, que é a principal poluidora que está afetando a pesca na baía de Guanabara. Não adianta dizer que os rios poluídos que desembocam na baía são os fatores principais de poluição! Os rios sempre contribuíram para a poluição, mas a baía sempre teve um poder de regeneração muito grande, até pela presença da APA de Guapimirim e da estação ecológica. Agora essa capacidade de regeneração está sendo comprometida pela ocupação do espelho d'água, que é o que agrava, de fato, a poluição. Estudando um mapa da Marinha sobre profundidade e correntezas na baía de Guanabara, tivemos uma grande e negativa surpresa: o mapa mostra uma linha bem clara das melhores correntes nas áreas mais profundas da baía de Guanabara. São justamente as áreas onde a Petrobras está instalando seus terminais e seus píeres! Por questão econômica, estratégica, a Petrobras usa as áreas onde existem essas correntezas oceânicas. Por que econômica? Porque onde é mais fundo e tem correnteza não precisa dragar, e a empresa economiza grana. As áreas mais fundas também são para os navios atracarem com mais facilidade. E, justamente nessas áreas, então, forma-se uma barreira física para a entrada dos peixes, principalmente os de espécie migratória, e uma barreira física para a maré. Poluem hoje onde entram as melhores águas! Você não pode dizer que onde tem navio de petróleo ou gás não existe poluição, porque com certeza tem – sonora, visual, porque por excesso de iluminação não tem como o peixe se aproximar, e uma poluição dos dejetos constantes de tinta de navio, vazamentos de óleo, lavagem de porão, além do excesso de embarcações de apoio desses navios.

Nós não aceitamos isso. A Petrobras é brasileira? É. A Petrobras é nossa? É. Mas a administração não é brasileira e não é nossa. A empresa está assumindo um papel totalmente contrário ao benefício da população brasileira! Nós deveríamos ter, ao invés de todo esse ônus, benefícios com toda essa produção. Nós não somos contra o crescimento do país, só queremos que nos coloquem como parte desse crescimento e não como parte do entrave ou do ônus. Eles nos veem como entrave. Na verdade, no Brasil toda comunidade tradicional é vista como pedra no caminho, porque dependemos dos recursos naturais e estamos inseridos no ecossistema que eles querem destruir ou ocupar para promover suas atividades poluidoras. O índio, o quilombola, o pescador artesanal são entraves, pedras no caminho. Então resumo. Hoje a baía de Guanabara vive um verdadeiro *apartheid*. Nós estamos sendo criminalizados. Estamos sendo expulsos da nossa área de origem e sendo contidos em um pequeno espaço que hoje é menor que 12% da baía de Guanabara. E nos tiram, direta e indiretamente, o direito de ir e vir. Nós estamos sendo cerceados, entende?

O Ministério da Pesca está se tornando um verdadeiro inimigo dos pescadores artesanais no Brasil. Hoje o Ministério da Pesca está criando mecanismos inconstitucionais, que já estão sendo contestados em seara judicial, para aumentar o poder das colônias sobre as comunidades de pesca na questão repressiva e enfraquecer as associações e sindicatos. Isso vem causando um dano muito grande para a categoria. O Ministério da Pesca faz acordos interministeriais para facilitar a tomada de áreas das comunidades pesqueiras por grandes corporações. O Ministério do Meio Ambiente, há pouco tempo, diminuiu, através de uma portaria, a área de influência da unidade de conservação junto ao licenciamento. Todo licenciamento tinha que passar pelo crivo da unidade de conservação federal, que era de 10 km e hoje passou para 2 km. A APA de Guapimirim podia influenciar no processo de licenciamento em Caxias, hoje ela pode influenciar só até Paquetá. O Ministério de Minas e

Energia e o Ministério do Meio Ambiente estão tentando fazer com que os processos de licenciamento de dutos, terminais e instalações petrolíferas *offshore* sejam licenciados de modo simplificado, sem criação de EIA/RIMA e sem consultas públicas.

Revista IDeAS: Hoje se fala muito em uma verdadeira "máquina de produzir licenciamentos ambientais..."

Alexandre: Sim! E o Ministério da Pesca é inimigo do pescador artesanal. Eles tentam promover a aquicultura e a piscicultura. Na baía de Guanabara é impraticável ambientalmente e culturalmente a piscicultura. Aquicultura é impossível pela constante mudança de algas que inviabiliza a criação de espécies em cercados. E o processo de licenciamento da piscicultura é muito complexo. Então se fala de investimentos para o pescador artesanal, mas são utopias. Mas se fala que há investimento!

Nós estamos bem maduros, os pescadores, a AHOMAR, quanto a tudo isso. Nós não caímos mais no canto da sereia, não trocamos mais nosso ouro por espelho. Com toda nossa vivência, procuramos nos empoderar de todo esse mecanismo que existe em favor deles. Passamos a ocupar fóruns, comitês, conselhos consultivos e deliberativos. A AHOMAR participa de vários espaços assim, porque há necessidade e porque nesses espaços a gente pode colocar todas essas angústias e demandas da comunidade de pesca.

Revista IDeAS: Como é a atuação dos pescadores nesses espaços?

Alexandre: Nós fazemos apresentações técnicas. Nós temos fotos, filmes, materiais. E nós utilizamos o próprio material da Petrobras para produzir os nossos! Vou dar um exemplo. No processo de licenciamento do COMPERJ, na primeira audiência que foi em Guapimirim, inclusive a pedido formal da AHOMAR em outubro de 2007, nós apresentamos um mapa de exclusão da pesca feito em conjunto com a APEDEMA. Nós pegamos os próprios gráficos da Petrobras em alguns EIA/RIMAs, fizemos uma colagem e mostramos que deveríamos pescar em Marte, já que não havia nenhum lugar na baía de Guanabara que estivesse fora da área de impactos negativos do empreendimento. Usamos o próprio material deles para mostrar isso. O vice-presidente da Petrobras até disse: "Meu deus! Os pescadores fizeram um mapa!" Então mostramos que estávamos ficando maduros e eles sentiram que ali nascia uma resistência positiva para o pescador e negativa para o poluidor.

Revista IDeAS: A AHOMAR enviou uma representação ao Ministério Público. Fale um pouco sobre isso para nós.

Alexandre: Na AHOMAR nós sempre fizemos denúncias, mas não conhecíamos os canais. Depois de esgotar todo o diálogo com a Petrobras, nós começamos a usar as ferramentas que consideramos legítimas. Nós vemos um trabalho muito importante do Ministério Público junto à sociedade, e também o dever que o Ministério Público tem para com a sociedade. Juntamos todo material que tínhamos e, em março de 2009, entregamos ao Ministério Público Federal (MPF) e tivemos um bom retorno. O MPF fez um estudo antropológico que verificou realmente que havia seriedade nas nossas denúncias e que elas deveriam ser investigadas. Após verificar irregularidades no processo de licenciamento e de execução daquelas obras

todas, o procurador chamou a Petrobras para uma possível conciliação, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). E ficamos espantados, porque a Petrobras, de forma leviana, não aceitou. Então o MPF propôs uma ação civil pública, e isso mostrou que todas as nossas denúncias são legítimas, porque significa que elas foram comprovadas por um órgão competente que é o MPF, fiscal da verdade do Judiciário, fiscal de todas essas autarquias. Pena que não depende só do MPF, depende do Judiciário que costuma ser muito lento e também costuma ser muito frágil nessa questão de pressão política. A Petrobras faz uma pressão muito grande dentro dos governos, dentro da política brasileira. Então é tudo muito lento e vai continuar sendo assim enquanto o Judiciário sofrer influências políticas.

Mas nós não ficamos aguardando somente as vitórias na seara judicial. "Não aguardamos tempo bom, fazemos ventar", é um dos *slogans* que usamos nos nossos protestos. E o vento é a nosso favor, é amigo do pescador, sempre foi. Quando fazemos alguma manifestação ou algum ato, e não só no mar, mas também no prédio da Petrobras, venta forte, forte mesmo! Então não vamos esperar ventar, vamos tocando. E nós não estamos lutando contra uma empresa, mas contra um sistema que estamos começando a descobrir.

Revista IDeAS: Ao longo da trajetória da AHOMAR, alguns pescadores foram assassinados. Você e outros pescadores já sofreram atentados e vivem sob ameaça. Fale um pouco sobre os desdobramentos do conflito e a atual situação da AHOMAR.

Alexandre: É verdade. Tivemos mortes e perseguições. Temos até hoje. Infelizmente, devido à luta, tive quatro companheiros mortos, dois desaparecidos. Sofri vários atentados contra a minha vida, ameaças contra minha família, e minha esposa em especial. Hoje participamos do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) do governo

federal, que é muito falho porque não permite que a gente continue na militância.

Tivemos que fechar nossa sede, que fica na praia de Mauá, por tempo indeterminado, em junho do ano passado, porque sofri um atentado com disparos dentro da minha viatura com escolta, e aí decidimos que não havia mais lugar seguro para nos reunirmos na região. Continuamos trabalhando, mas queremos voltar, reabrir nossa sede e voltar ao nosso trabalho focal, porque eu recebo mensagem e notícias de que os pescadores estão ficando órfãos. A AHOMAR é a mãe desses pescadores e o pai somos nós, diretores. E os pescadores sentem nossa falta até por questão de segurança. Então nossa ausência causa muito dano à pesca, por conta da desmobilização que acarreta.

Existe hoje, mapeado na minha cabeça – porque a gente não mapeia mais liderança em papel nem em e-mail – 12 focos de resistência na baía de Guanabara. Focos ativos! Poderiam existir mais, porque antes do fechamento da AHOMAR eram 28 focos. O que são focos de resistência? Não são pessoas ou grupos de pescadores se reunindo para fazer atividades ilícitas, pelo contrário, são grupos de pescadores se reunindo e se organizando para questionar os projetos que estão expulsando os pescadores e invadindo seus territórios de maneira absolutamente antidemocrática. Por exemplo, na praia da Luz e na praia da Beira existem focos de resistência, bem onde é a área do COMPERJ. Ali a obra está muito atrasada e a Petrobras reconhece o atraso, mas não reconhece que é por causa de pescadores e moradores ribeirinhos que estão se organizando. São Gonçalo tem um foco de resistência muito forte. Na Ilha do Governador tem um foco no Jequiá. Então alguns lugares têm focos de resistência que estão precisando do retorno da AHOMAR, porque ela ajuda a organizar, incentiva a resistência. A AHOMAR se tornou um símbolo. Hoje a minha presença em Magé e nessas localidades na baía de Guanabara é mais simbólica do que qualquer outra coisa, porque, veja bem, os homens e

mulheres da baía de Guanabara pensam: "se o Alexandre que estava aqui com escolta teve que fugir, imagina eu?" Então a minha saída da região causa um estrago muito grande, e a minha presença é simbólica. Eu não sou hoje a liderança mais importante da AHOMAR, mas sou o mais simbólico, entende? E eu estou doando meu tempo nessa Terra a isso. Mas eu não gosto de ser chamado de Chico Mendes da baía de Guanabara (...)

Revista IDeAS: Chamam você assim?

Alexandre: (risos) Alguns falam, os ambientalistas. Mas Chico Mendes morreu, deve ser por isso: "Tu vai morrer Alexandre" (risos). Mas a morte, eu trato a morte como uma transição. Mas você tem que deixar um legado. Eu não posso morrer aqui nesse apartamento como um rato acuado!

Revista IDeAS: Hoje você faz parte do Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do governo federal. As investigações sobre as mortes e ameaças têm avançado?

Alexandre: É uma pergunta. Nós perguntamos isso ao Programa Nacional, ao Programa Estadual, à Comissão de Direitos Humanos da Alerj, à Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado e ninguém sabe responder. Não sabem, não querem nem procurar. Por isso que a gente tem um certo... deixa pra lá. A gente sabe quem trabalha sério e que não trabalha. Às vezes a ausência de uma resposta é mais que uma resposta. Mas isso não desanima a gente não, pelo contrário, estamos cheios de projetos. Agora é o seguinte, a energia que eu gasto tentando resolver problemas do Programa de Proteção me faz falta na tentativa de organizar a categoria. As falhas no

Programa são propositais, são para desgastar. Colocaram a gente aqui sem colchão para dormir durante três dias. Não tinha panela para fazer comida e não tinha dinheiro para comer na rua. Quando causam esse tipo de desgaste à minha família, eles me tiram da luta. Você tá entendendo como o Programa precisa ser falho com o defensor? Para poder tirar o defensor da luta. Se você não tira ele da luta com um tiro, você machuca o coração dele, aperta o coração dele. Maquiando de boa ação. Eles sabem que eu sei que isso é assim, porque eu falo isso para eles.

Então hoje o principal agente causador de problemas na AHOMAR é o Estado. Eu estou numa prisão domiciliar. Isso é um cerceamento de um direito. Eu sou cerceado de direitos humanos pelos próprios órgãos que dizem que defendem os direitos humanos. Isso tem que denunciar. Eu e outros. Eu falo "eu" porque eles dizem que hoje eu sou o defensor mais ativo, na pesca sou o único. É que eu não parei. Eu estou cerceado, mas estou pedindo deslocamento para ir numa reunião onde eu vou fazer uma palestra e apresentar um filme. Estou pedindo outro porque eu vou ter que ir a Magé fazer uma apresentação no Conselho Municipal de Meio Ambiente. Eu tenho que ir lá porque eu vou fazer um pedido para que o Conselho vote pela interdição do licenciamento do lixão de Magé. Vão fazer um lixão na praia de Mauá! Então eu preciso militar, eu preciso atuar, mesmo assim. Imagine se você me bota uma escolta adequada em Magé? Eu estaria com o trabalho muito melhor. Eu estou com medo de eles cortarem minha perna, mas se cortarem eu vou botar uma perna mecânica (risos).

Eu sofro de problema psicológico. Quando eu não durmo, quando eu fico muito agitado, quando eu tomo muito café. Eu estou com ansiedade porque estou com muito senso de proteção. A minha esposa fala que eu fico que nem zumbi. Fico eu e os policiais acordados a noite toda porque eu fico tomando conta dela. Às vezes tem policial corrupto na nossa escolta, eu fico tomando conta

dela. Eu não durmo. Só durmo quando o dia amanhece e ela acorda. Isso tá se refletindo aqui. Tem dia que ela acorda às 4 horas da manhã e eu estou aqui vendo filme ou trabalhando no computador, fazendo pesquisa. Aí perguntam: "Foi uma escolha que você fez?" Não, o destino me escolheu para isso. Eu queria ter a minha vida pescando. Quando tudo isso começou eu estava pescando, ganhando dinheiro com a pesca. Comprei um Opala, uma moto, dois motores. Tinha sempre 300 reais para poder passar o final de semana com a minha esposa. A gente tinha uma vida boa com a pesca, com a pesca artesanal. Eu pescava muito! Depois que começou isso tudo eu tive que vender meu Opala, perdi a conta bancária por dívida. Estou devendo para o Banco da Brasil, perdi meu cartão. Eu precisei comer né gente? O Programa nunca me deu dinheiro para comprar arroz e feijão. Eu não posso pescar. Cheguei a pescar escondido algumas vezes. Ao invés de o Programa me ajudar, fez uma recomendação de que eu fosse expulso do Programa se continuasse pescando. A escolta me "cagoetou", informou ao comandante, que informou ao Programa estadual, que informou ao federal que eu estava pescando. Eu precisava levar comida para dentro de casa. Aí você pergunta: "Por que você está nessa luta?" Não tem alternativa!

Em certo momento eu senti muita ansiedade, caí de depressão. Foi quando estava no hotel, o confinamento lá foi terrível. Quem me salvou da depressão foi minha mulher e o dr. Henrique Guelber que me chamava para ir à Defensoria para ficar conversando, batendo papo. Fiquei de cama. Não queria comer, não queria beber. Nessa época, eu dei uma entrevista para um repórter da Alerj e eu falei para ele que se a morte chegasse seria bom. Isso foi depois da OAB, depois da morte dos companheiros. Fui colocado num confinamento naquele período. Foi muito pesado. Depois eu dei a volta por cima na minha cabeça, mas foi muito difícil. Eu ia lá bater papo com o Marcelo Freixo também, aí ele falou para mim "Até nisso você milita, né?", aí eu disse para ele "Às vezes eu sinto vontade de morrer, mas aí eu penso –

morrer no hotel não, eu vou morrer na porta da Petrobras, para servir para luta!" (risos)

Revista IDeAS: Há quanto tempo está fora de Magé?

Alexandre: Idas e vindas desde 2009, mas mais preso, quase que em confinamento, desde o final de julho de 2012. Eu fiquei um tempo em um hotel no centro do Rio, mais de um mês em Brasília, e estou aqui há um mês. Tá muito difícil.

Revista IDeAS: Qual é o impacto dessa luta na sua família?

Alexandre: Ainda que tenhamos conseguido criar dentro da nossa família um respeito muito grande pela luta, está muito duro para os nossos familiares. Fica muito difícil dizer para você que hoje minha mãe e meus irmãos concordam com essa luta, porque eles são moradores de Magé. Sentem cada vez que o telefone toca, cada vez que eles ligam a televisão e veem minha foto. Infelizmente, em certos momentos me viram chorando, muito triste, muito nervoso pela perda de um companheiro, por uma ameaça. Na verdade, toda vez que vocês me virem muito, muito triste, na verdade não é questão minha. É questão que eu perdi um companheiro, que eu estou me lembrando de um companheiro, ou verificando que a gente está perdendo algum passo, que tivemos que recuar alguns passos nessa nossa luta. Então nossa família sente muito essa luta, pede muito que a gente a deixe de lado. Mas também, da mesma forma, reconhece e respeita. Meus filhos e meus enteados têm uma admiração muito grande pela luta, mas se você perguntar ao meu filho o que ele acha, ele vai dizer que quer que o pai dele pare porque ele não quer perder

o pai. Ele sofreu minha ausência durante três anos porque eu mal podia visitá-lo pelo risco de atentado. Então o trato com a família é muito difícil para a gente.

Hoje nós temos da família e da comunidade um respeito muito grande, ao mesmo tempo que alguns dizem, não de maneira pejorativa, "Vocês são muito loucos, mas que Deus abençoe vocês nessa trajetória, nessa luta, porque vocês não estão lutando por vocês, vocês estão lutando por nós". E é essa frase que eu levo na mente, uma frase de um companheiro nosso, uma frase muito importante. Uma vez um companheiro me disse: "Alexandre, vamos acabar, vamos parar a luta." E eu perguntei: "O que nós vamos fazer então?" E ele falou: "A gente vai ter que ir embora, vai ter que sair desse mar". Estávamos ambos bem tristes depois de ter passado um dia muito forte com sobrevoo de helicóptero, lancha, arma de fogo contra nós numa manifestação pacífica, e ele me falou assim: "Alexandre, vamos lutar até o final, até o último homem que morrer aqui". Então a gente está defendendo a nossa vida. A gente não está defendendo uma praia, um mar, um rio. Nós estamos defendendo nosso direito constitucional, humano, direito que Deus nos deu de viver, de criar nossos filhos onde nossos avós e bisavós nos criaram. Então, como eu falei, uma das nossas frases que eu gosto mais é: "Que vente forte, que a gente está preparado para ventar forte". A gente vai fazer ventar de novo.

Revista IDeAS: O que a Petrobras diz diante de todo este cenário? Vocês têm estudos e inquéritos que comprovam as denúncias e legitimam o conflito, além de ser evidente a situação de ameaças e violência contra os pescadores envolvidos. Como a Petrobras reage?

Alexandre: A Petrobras tem duas respostas. A primeira resposta, em relação às mortes e perseguições aos pescadores, é assim: "A Petrobras repudia qualquer tipo de violência, em especial os assassinatos dos pescadores da baía de Guanabara". Essa é uma que vocês vão ver em qualquer reportagem. A segunda, quanto à questão ambiental, aos crimes ambientais e à devastação que ela causa aos ecossistemas, é assim: "A Petrobras acompanha as diretrizes da legislação ambiental. Tem todo licenciamento expedido pelos órgãos ambientais do Estado do Rio. A Petrobras mantém um canal de diálogo com o "seu" Alexandre Anderson de Souza da AHOMAR". Então o posicionamento da Petrobras é pela morte social de pescadores, ribeirinhos e moradores, e pela morte ambiental de peixes, mangues e água da baía de Guanabara.

Revista IDeAS: Não só uma morte física dos pescadores, mas também da categoria dos pescadores artesanais, de sua capacidade de reprodução.

Alexandre: Sim! Você está acabando com toda a cultura, né? Nós estamos passando pela fase mais cruel de todo esse processo de invasão da Petrobras, das empresas, do Estado na baía de Guanabara. E a morte é silenciosa. Causam hoje uma expulsão dos pescadores. A área de exclusão de pesca é enorme. Fora isso, os pescadores podem morrer também de bala, de tiro na cabeça, de afogamento criminoso. Os pescadores também estão morrendo de depressão, de doenças, os estados de saúde e os estados psicológicos estão se agravando. Os pescadores estão morrendo de alcoolismo. Alguns – uma minoria que mora em comunidade – estão indo para o crime organizado. Os pescadores estão morrendo de desespero. Então a Petrobras e o Estado brasileiro hoje estão participando de um genocídio. Estão participando da

morte de uma cultura de um grupo, de uma comunidade. Estão participando da morte de uma classe.

Revista IDeAS: Por que os pescadores representam tanta ameaça à Petrobras?

Alexandre: Nós sentimos que temos grande importância na luta ambiental no Brasil, na luta pela pesca. Não somos "exemplo", mas sabemos da importância que tem a AHOMAR. Nunca em sua história a Petrobras viu uma resistência forte e qualificada quanto a da AHOMAR, que é uma entidade que se organiza tecnicamente, institucionalmente e que tem um reconhecimento até de instituições ligadas à Petrobras. Existem institutos, empresas, ONGs que reconhecem o papel da AHOMAR. Nós sabemos que pessoas do bem que trabalham na Petrobras reconhecem a importância da associação. Eu já tive o prazer de receber parabéns de diretores e engenheiros da Petrobras pelo nosso trabalho. E já tive o prazer de saber que a Petrobras já fez *workshop* com trabalhos da associação para discutir o que pode e o que não pode fazer. A Petrobras já usou o nosso mapa de 2007, mapa de exclusão da pesca, em *workshop* interno para mostrar assim "Olha como eles se organizam, olha o que nós fizemos de errado". Então nós temos certeza que dentro da Petrobras alguma coisa menos destrutiva ou impactante pode acontecer graças a nossas denúncias, a nossa mobilização. Mas eu gosto de ressaltar que nós não somos contra a Petrobras, que é uma empresa tão importante para o Brasil, mas contra sua administração atual.

Revista IDeAS: Você e outras lideranças da AHOMAR e da baía de Guanabara fundaram o SINDIPESCA-RJ. Pode falar um pouco sobre isso?

Alexandre: Nesse período todo de luta, além de amadurecermos, vimos a necessidade de crescer, até mesmo pela ausência de políticas para os pescadores da colônia, no que toca aos interesses da categoria. Verificamos que havia muito anseio da presença da AHOMAR em outros locais do Estado do Rio de Janeiro. Inclusive já visitei o Rio Grande do Sul, o Ceará e Pernambuco a pedido dos pescadores de lá. Visitei também pescadores na Colômbia e no Equador que querem colher nossas experiências e utilizá-las nas suas regiões. A AHOMAR se tornou uma referência, só que não pode atuar em São João da Barra, em Angra, em Paraty. Fica difícil, pois nós somos a Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara. Então verificamos o seguinte: ao invés de trocar esse nome, vamos ampliar a representação. Eu conheci outros sindicatos de pescadores no Piauí, no Ceará, em Pernambuco, na Bahia, que têm um trabalho superimportante, e eu vi que a figura do sindicato é totalmente à parte da política das colônias, que é uma política governamental, política de "pelego". Então fizemos uma conversa na AHOMAR com muitos parceiros pescadores de outros locais do Rio, para que num entendimento de unidade pudéssemos unir todas as entidades e de fato mostrar para o Brasil, para o Rio, para os pescadores, quem é a verdadeira representação. Porque sabemos que o sindicato, mediante a CLT, é o único representante legal da categoria. Tivemos a ideia de criar o primeiro sindicato dos pescadores artesanais da região Sudeste, no Rio de Janeiro. Em 18 de setembro de 2010, na Praça São Pedro, onde foi fundada a primeira colônia do Brasil, no Zumbi – Ilha do Governador, fundamos o SINDIPESCA-RJ com lideranças de quase toda região do estado, inclusive algumas do interior. Há homens e mulheres no corpo diretor. Um colegiado composto por lideranças. Nesse colegiado existem diretores da colônia Z-10, diretores da Cooperativa Marcílio Dias, diretores da Associação Porto Velho, diretores da AHOMAR, diretores da Associação de Guapimirim. Conseguimos juntar essas lideranças todas para fundar o SINDIPESCA. Contra minha vontade, mas pela vontade

do colegiado, eu fui escolhido como diretor presidente. Nós temos muito orgulho desse sindicato, mas ainda estamos aguardando a carta sindical, o registro que permite que a gente atue dentro das empresas, dentro das instituições de pesca. Mas esse sindicato já tem uma atuação, já tem um histórico. O sindicato faz parte do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, do Conselho Consultivo da APA de Guapimirim. O sindicato já tem um *site*! Para você ver, no Estado do Rio de Janeiro a única entidade de pesca que tem um *site* é o SINDIPESCA. Voluntariamente, conseguimos através do apoio de outros sindicatos, como o Sindicato dos Funcionários de Tecnologia, a Federação Nacional dos Profissionais de Processamento de Dados, e de amigos as condições de fundar o sindicato, porque o sindicato é uma entidade muito onerosa. Com um ano de sindicato nós fizemos uma assembleia de ratificação! A categoria, 600 participantes, voltou a ratificar a necessidade do sindicato numa assembleia oficial publicada em jornal de grande circulação e no DOU. Então nós temos orgulho de ter o primeiro sindicato do Sudeste.

Então o sindicato é fruto do nosso amadurecimento, do empoderamento dos pescadores. O sindicato, em comparação com a AHOMAR, tem uma diferenciação institucional e de lógica de trabalho. O sindicato é mais profissional e a AHOMAR é mais social, mais incisiva nas questões sociais e ambientais. A AHOMAR e o sindicato têm demandas diferentes. Então nós temos duas estruturas hoje para o bem dos pescadores do Rio de Janeiro. Quando o sindicato receber o registro sindical – e tenho certeza que ainda não recebeu por questão política de pressão dos nossos inimigos – vai representar não só os 4.200 pescadores que a AHOMAR representa nos sete municípios da baía de Guanabara, mas 180 mil pescadores e pescadoras do Estado do Rio de Janeiro. Porque o sindicato, direta e indiretamente, representa todos os pescadores ativos que têm a documentação do estado. Nós vamos poder ampliar o leque de trabalho.

Se Deus me der vida – e, se não me der, que dê vida aos outros companheiros de luta – queremos ampliar o sindicato. Um dos meus sonhos é criar a primeira confederação nacional dos pescadores artesanais do Brasil, porque existe uma confederação hoje que é uma confederação pelega, que é a confederação das colônias.

Revista IDeAS: Quem corresponde à categoria "pescador artesanal"?

Alexandre: A categoria de pescadores artesanais, mediante a legislação vigente, é composta por sirizeiros, caranguejeiros, marisqueiros, catadores, aquicultores, pescadores artesanais. O sindicato abrange toda essa categoria. Existe uma política de acabar com a pesca artesanal, de dar lugar à pesca industrial e de aquicultura. Nós sabemos de experiências no Nordeste, de comunidades tradicionais que vêm pagando um preço alto por causa da piscicultura e da carcinicultura. A carcinicultura, na visão ambiental, na visão técnica ambiental, é condenada pelo estrago que faz na natureza e também pela péssima qualidade proteica dos alimentos, das espécies da carcinicultura. Você come um salmão hoje de uma piscicultura e ele é muito inferior ao salmão da natureza. Você come um camarão da carcinicultura e você não está comendo um camarão com proteínas como o da natureza. E você verifica que essas culturas causam um impacto ambiental enorme no sistema local. O bagre africano, o bagre africano é o maior predador da APA de Guapimirim, hoje não dá para conter. O caramujo africano é uma espécie que veio de outro local e que hoje é uma praga. Então a piscicultura e a carcinicultura ocasionam danos ao ecossistema local e tendem a colaborar para a extinção da categoria de pescadores artesanais.

Revista IDeAS: E então entra uma questão muito importante, que é a campanha pela defesa do território pesqueiro, não é?

Alexandre: Sim! O pessoal do Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras (MPP), os amigos, companheiros do MPP acertaram em cheio e no momento certo com essa campanha de defesa do território pesqueiro. O Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras tende, através de uma iniciativa popular, a criar uma lei que regulariza e regulamenta o território do pescador, que pode ser rio, lago, mar, qualquer espelho d'água natural que tenha comunidade sobrevivendo de seus recursos, fazendo da cata ou da pesca sua economia principal. Com a criação dessa lei nós vamos beneficiar milhões e milhões de famílias, sem falar da sociedade brasileira que vai poder ter mais alguns anos de alimentação de qualidade, que é o pescado colhido pela pesca artesanal.

Hoje o MPA, o Ministério da Pesca e Aquicultura, reconhece que 70% do pescado no Brasil são oriundos da pesca artesanal, porém vai contra toda essa positividade da produção. Vai contra a pesca artesanal. Mas nós sabemos o porquê, acabei de falar. É a questão das hidrelétricas, das grandes mineradoras e das grandes empresas petrolíferas que precisam do espaço do pescador artesanal para fazer suas produções e enriquecer os bolsos do grande capital, entende? Então, ao mesmo tempo que a pesca artesanal no Brasil é considerada pelo Ministério da Pesca, ela é também negada. O MPP vem contrário a essa política. É um movimento forte, tem estrutura humana, está mobilizando os pescadores do Brasil para isso. Inclusive, tenho o compromisso de ajudar a expandir isso aqui no Rio, pois existem muitas áreas que têm tido muitos conflitos envolvendo pescadores.

Revista IDeAS: Um movimento que parece contrário ao projeto de desenvolvimento hegemônico em curso no Brasil. Estão remando contra a maré. Já dá para fazer um balanço das conquistas e dificuldades da luta?

Alexandre: Isso mesmo, estamos remando contra a maré (risos).

Os problemas são naturais para todos os movimentos sociais e para todas as instituições que trabalham sério. A AHOMAR tem problema, claro, mas tem muita vitória. Foi a primeira a fazer mutirão de aposentadoria para pescador, a primeira a pagar o defeso via ação judicial, via Justiça Federal. O defeso é o direito de o pescador receber uma verba do governo durante a desova de algumas espécies de pescado. Aqui no Rio de Janeiro se proíbe a pesca durante esses períodos, mas não se indeniza o pescador que fica impossibilitado de trabalhar, então nós conseguimos um entendimento judicial e essa é uma vitória da Associação. A AHOMAR também foi a primeira associação que pagou auxílio-maternidade no Rio de Janeiro! Antes, as pescadoras tinham seus filhos e com eles no colo continuavam ajudando seus maridos na pesca, sem direito a receber um auxílio para poder fazer a amamentação. A AHOMAR mostrou que esse direito existe. A AHOMAR também conseguiu uma antecipação de tutela contra a Petrobras, uma sentença contra a Petrobras. A única ação civil pública proposta no Rio a partir de uma representação enviada por uma entidade de pesca é a da AHOMAR. Nós temos hoje um entendimento no CNJ sobre o não pagamento de contribuição previdenciária para o pescador artesanal, que passou a ser segurado especial. Havia divergência aqui no estado, mas nós conseguimos uma súmula, um entendimento lá em Brasília, através de uma ação da AHOMAR. Conseguimos isso ano passado, e então hoje nós temos uma súmula que vale para pescadores no Brasil todo! Então a AHOMAR tem uma

história de luta e de vitória e, mais que isso, um histórico muito importante e um legado para deixar para a pesca.

A gente precisa continuar conseguindo essas vitórias porque é necessário. Como eu falei no começo da conversa, aquele grande dragão que se apresenta no horizonte está avançando. Avançando com apoio do governo, de parlamentares, de grandes empresas, do grande capital. Avançando inclusive e infelizmente com o apoio de ONGs e de grupos da academia. Nós sabemos que universidades superconceituadas, inclusive universidades nas quais acadêmicos criaram ferramentas de luta para a AHOMAR, estão com projetos e recebem muita verba, muita grana da Petrobras. Existem laboratórios, projetos em andamento em universidades financiados pela Petrobras e comprometidos com os interesses da Petrobras. Não ignoro, obviamente, que também em tais espaços existem pessoas boas e que militam contra esse projeto, esse modelo de desenvolvimento.

Então eu acho que a luta da AHOMAR se tornou uma luta de todos. Hoje eu não vejo mais a AHOMAR como uma entidade apenas de pescadores. Tem até um *slogan* que rola no Twitter e no Facebook: "Somos todos pescadores, somos todos AHOMAR".